

Patrimonialização: silêncios e escuta museológica

Sidélia Santos Teixeira¹

Resumo:

Este artigo analisa a importância da integração entre patrimonialização e museologia para os processos de desenvolvimento social. Trata-se de discutir certas dimensões de uma pesquisa realizada na cidade de Salvador, Bahia, Brasil, nos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu. A patrimonialização é analisada na sua dimensão sociológica e antropológica, considerando-a como parte da construção da cidadania. Adotou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, arquivística, a observação etnográfica e a realização de entrevistas. Os resultados apontaram, por um lado, para uma patrimonialização oficial e incompleta, revelando tensões e dificuldades de diálogo entre os agentes institucionais e as comunidades locais. Por outro lado, a patrimonialização é fundamental, mas também, precisa corresponder às demandas museológicas dos grupos sociais envolvidos com o patrimônio preservado. Conclui-se ainda sobre a importância da formulação e desenvolvimento de políticas articuladas que viabilizem a integração entre patrimonialização e museologia como forma de estimular o desenvolvimento local.

Palavras-chave: patrimonialização, museologia, políticas públicas, desenvolvimento.

¹ Doutora em Estudos Contemporâneos (Universidade de Coimbra), mestrado em Museologie et Mediation Culturelle (Université d'Avignon et des Pays Du Vaucluse) e graduação em Museologia (Universidade Federal da Bahia). Professora Adjunta do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil. Endereço para correspondência: Rua Professor Aristides Novis, nº 197, Federação, Salvador – BA. Brasil. CEP: 40.210-730. sideliat@yahoo.com.br.

Abstract:

This article analyses the importance of integration between patrimonialization and Museology for social development. This research was carried out in the city of Salvador, Bahia, Brazil, in the do Abaeté and St. Bartholomew Metropolitan parks. The patrimonialization is analyzed in its sociological and anthropological dimension, considering it as part of the construction of citizenship. The methodological procedures adopted were bibliographical research, archiving, ethnographic observation and interviews. The results showed, on the one hand, an incomplete official patrimonialization, revealing tensions and difficulties in the dialogue between the institutional actors and local communities. On the other hand, patrimonialization although essential, must also respond to the museological demands of the social groups involved with the preserved heritage. There is also a further conclusion about how important it is that coordinated policies be formulated so as to make viable the integration patrimonialization and museology as a means of stimulating local development.

Keywords: patrimonialization, museology, public policies, development.

Introdução

Este texto busca refletir sobre as relações entre patrimonialização e museologia, por meio da análise de dois estudos de natureza compreensiva, visando, como diz Stake (1994) trabalhar com dados concretos e contextualizados que podem contribuir para a análise de situações análogas, que também deverão ser discutidas nas suas especificidades. A patrimonialização, neste artigo, é tratada a partir de um olhar, sobre os processos de proteção dos bens naturais e culturais, de forma integrada. Isto significa articular o meio ambiente e as interpretações culturais que os grupos sociais elaboram a partir dele.

Neste sentido, selecionamos como estudos de caso os Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu que aliam uma paisagem exuberante a práticas culturais de cunho religioso e forte participação social. Ambos localizam-se na cidade do Salvador, estado da Bahia/Brasil. O primeiro, na Costa Atlântica, mais

precisamente no bairro de Itapuã e o segundo, mais próximo da Baía de Todos os Santos, na região denominada de subúrbio ferroviário. De maneira geral, as populações dessas áreas se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a atuação do poder público tem sido, historicamente, fragmentária e pontual, exigindo forte participação de movimentos sociais para garantir os serviços básicos e a preservação do patrimônio.

De forma genérica, esses parques caracterizam-se por seus aspectos naturais, ou seja, pela diversidade da flora, fauna e por suas belezas naturais. Ambos são considerados ecossistemas da mata atlântica. No caso do Parque Metropolitano do Abaeté, integra o cordão de dunas que faz parte da costa litorânea do Nordeste do Brasil. Já o Parque de São Bartolomeu integra a bacia do Rio do Cobre que apresenta um relevo de colinas e espigões entrecortados pelo vale desse rio. Essas colinas são constituídas por grandes blocos de rocha e o rio do Cobre forma a cachoeira que leva o mesmo nome. O rio possui dois afluentes na margem direita: o primeiro, ao norte, dá origem a uma cascata com mais de 20 m de altura, denominada de São Bartolomeu ou *Oxumaré*;² o outro, ao sul, o Riacho Mané Dendê, com nascente fora do sítio, forma, antes de encontrar o Rio do Cobre, duas cachoeiras: a de *Oxum* e a de *Nanã*. Em relação à cobertura vegetal do sítio, o parque é remanescente de uma floresta tropical formada de árvores de grande porte, contrastando com o manguezal arbustivo. Os dois parques distinguem-se, portanto, como patrimônios ambientais urbanos, por seus valores ecológicos e pelo fato de estarem regulados por relações sociais, econômicas e culturais, necessitando de atenção cuidadosa por parte do Estado.

Considerando o contexto de inserção das populações que habitam o entorno dos referidos parques, a inclusão social torna-se uma necessidade, a partir desses patrimônios, considerando-os, de

² Oxumaré (orixá do arco-íris), Nanã (orixá da lama, das águas subterrâneas e dos pântanos), Oxum (orixá da água doce e da fertilidade), de acordo aos adeptos do candomblé.

forma integrada, ou seja, em interação permanente com as realidades na qual estão inseridos (Yázigi, 2012). Com efeito, os dois parques trabalhados são espaços que fazem aflorar aspectos da história e da cultura das populações que habitam as suas imediações. Foi elaborada uma série de produções culturais em torno desses territórios, como por exemplo: mitos, lendas, histórias de lutas, convivência e trabalho, nas quais se manifestam elementos das culturas indígena e afro-brasileira. No caso do Abaeté, o local é bastante associado à figura das lavadeiras que tradicionalmente, desenvolviam lavagem de roupas na lagoa. Assim estes parques constituem-se como locais de memórias (Nora, 1999) para as comunidades locais e a população da cidade do Salvador, principalmente, por seus valores históricos, culturais, estéticos e poéticos difundidos por artistas, cantores e escritores.

Esses parques são apropriados também por membros das comunidades afro-brasileiras como locais de culto. No Abaeté, os rituais são realizados, principalmente, para a divindade Oxum, ligada à feminilidade, fertilidade e beleza. O Parque Metropolitano de São Bartolomeu é espaço de culto de várias divindades, como por exemplo: Nanã, Oxumaré e Oxum, constituindo-se na expressão de Serra (1998) como uma catedral dos orixás, pois quase todas às divindades do candomblé podem ali, ser cultuadas. Ademais, muitas plantas encontradas nesses espaços são utilizadas pelos praticantes desta religião nos rituais e como fontes de tratamento medicinal. Nesse sentido, os Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu também são patrimônios religiosos. Dessa forma, entendemos que esses espaços constituem-se como patrimônio ambiental, urbano e religioso, ou seja, na sua totalidade, portam diversos significados, atribuídos pelas comunidades locais e pela população da cidade do Salvador, conforme indicado anteriormente.

O Parque Metropolitano do Abaeté passou por processo de revitalização e o Parque Metropolitano de São Bartolomeu, também sofreu uma intervenção paisagística idêntica, obedecendo a uma concepção de patrimonialização, com vistas ao

desenvolvimento local, baseado, principalmente, no turismo. Essa interferência estatal foi provocada por movimentos da sociedade civil organizada que, reivindicavam o reconhecimento desses espaços como patrimônios. Tais grupos contavam com a participação de três grandes categorias – moradores locais,³ artistas e ecologistas. Porém, ambos ainda não foram tombados e reconhecidos como patrimônio oficial, sendo apropriados por organizações não governamentais que também respondem por sua proteção e dinamização, já que as memórias locais que servem de referências históricas, culturais e sociais, principalmente, para as comunidades do entorno aos parques, bem como as características da fauna, da flora, os valores ecológicos e religiosos não foram trabalhados e/ou explorados no projeto oficial de preservação.

Assim, apesar do desenvolvimento de algumas ações promovidas pelos membros e voluntários das organizações, como por exemplo, as de mediação cultural, registro e documentação, resta um sentimento de frustração de que algo ainda precisa ser realizado, como por exemplo, a utilização de recursos expográficos para que os moradores se sintam representados, valorizados nas suas expressões históricas e culturais e os visitantes tenham conhecimento do território na sua complexidade.

Nesse tipo de patrimonialização, os membros e voluntários dessas organizações possuem dificuldades para trabalhar museologicamente o patrimônio, pois carecem de formação acadêmica e profissional, além de necessitarem de apoio oficial para o desenvolvimento de ações cotidianas que envolvem atividades dessa natureza, que exigiriam além de tudo recursos financeiros. É, portanto, uma patrimonialização inconclusa na ótica dos membros dessas organizações.⁴ Contudo, de acordo com a perspectiva estatal, o processo de valorização patrimonial foi

³ Essa categoria é bastante diversificada, incluindo, obviamente vários membros das comunidades afro-brasileiras.

⁴ No caso do Parque de São Bartolomeu, os membros do movimento preservacionistas chegaram a criar um projeto intitulado – Memorial do Parque.

devidamente concretizado. Esse fenômeno revela a necessidade de refletirmos criticamente sobre os modelos convencionais de patrimonialização e as possibilidades de articulações com uma museologia a serviço do desenvolvimento social.⁵

Patrimonialização: silêncios e reflexões críticas

Falar da identificação de patrimônios implica em ressaltarmos o papel dos Estados Nacionais nas sociedades contemporâneas, como o principal agente preservacionista e transmissor da herança social e cultural de uma sociedade. Isso ocorre desde o movimento revolucionário de 1789, que segundo Poulot (1997), permitiu a construção da herança coletiva como elemento de responsabilidade cívica. Ademais, a Revolução Francesa: “[...] projetou durante muito tempo um modelo francês de patrimônio, laico, universal, elitista e ao mesmo tempo democrático.”⁶ (Poulot, 1997, p. 389, tradução nossa). Com efeito, essa forma de preservação expandiu-se, sobretudo, no mundo ocidental. A Nação passa a ser a principal responsável pela conservação dos bens culturais, com a função de criar formas e mecanismos de proteção dessas *propriedades nacionais*, consideradas como referências de identidade do país e do povo.

Não obstante, a preservação do patrimônio cultural ainda representa um amplo desafio, principalmente, na forma de lidar com a memória social na sua diversidade, sobretudo nas sociedades urbanas industriais contemporâneas. Como afirma Magnani (1988) o processo de transmissão no quadro das sociedades complexas, envolve vários aspectos e interesses diversificados, tendo em vista algumas características tais como – a divisão social do trabalho, as diferenças regionais, a presença de classes sociais com interesses

⁵ Uma análise detalhada dos casos citados pode ser consultada na tese de Teixeira (2014).

⁶ “[...] a dessin  pour longtemps la forme fran aise du patrimoine, tout   la fois laic et universel,  litaire et d mocratique.

diversos, a existência de várias etnias, a separação entre o trabalhador e seu produto, a presença de grupos com modelos culturais diferenciados, etc.

Tais características, acima elencadas, conjugam-se com o pensamento do sociólogo Jeudy (1995) que considera a patrimonialização como um modelo homogêneo que se distancia das memórias locais e controla as emoções coletivas. Esse autor entende que a identidade patrimonial oculta à heterogeneidade que caracteriza a cultura, afirmando que a demonstração e/ou apresentação patrimonial são uma caricatura, um sincretismo que reduz as diferenças. O patrimônio cultural funciona como uma “figura”, para dar ordem e coesão social, sendo o processo de patrimonialização parte da estrutura simbólica da sociedade e de suas relações de poder.

Ademais, o modelo de preservação é o mesmo para os diversos contextos socioculturais, gerando uma uniformidade no tratamento dos bens culturais preservados. As suas referências, representadas por seus monumentos, museus e comemorações, têm por objetivo conservar para transmitir. A apresentação do patrimônio cultural, baseado nessa abordagem, constitui-se numa leitura condicionada por uma interpretação temporal e espacial. Conseqüentemente, o patrimônio anularia o tempo, e isso contribui para a definição de uma concepção linear da História (Jeudy, 1995).

Entendemos assim que o debate, portanto, deveria voltar-se para as relações entre patrimônio e memória justamente pelo caráter amplo e rebelde, desta última. Nesse sentido, autores como Candau (1996) e Meneses (1984) entendem que existem várias memórias sociais no quadro das sociedades complexas. Essa questão é trabalhada de forma específica pelo primeiro autor anteriormente citado, ao analisar os processos de reivindicação dos grupos e indivíduos em prol do reconhecimento das suas memórias nas sociedades modernas atuais.⁷ Trata-se, portanto, de considerar

⁷ Registramos que os processos de reivindicação em prol das memórias assumem proporções significativas à medida que as sociedades aperfeiçoam suas

a memória para a compreensão da história e instrumento de construção da cidadania e transformação social. De fato, como aborda Le Goff (1996): “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (p. 477). Deste modo, percebemos a importância da memória como mecanismo de compreensão do presente e não como forma de controle dos homens nas sociedades, pela projeção de histórias idealizadas.

Sendo assim, as políticas de preservação do patrimônio cultural deveriam levar em consideração uma análise crítica sobre as memórias sociais, além de articularem a preservação dos bens culturais ao corpo social que dá sentido a patrimonialização. Para tanto, a discussão sobre patrimônio cultural, nas sociedades complexas, concorre para considerarmos os processos de identificação e difusão das identidades dos grupos sociais, sua relação com o Estado e os aspectos simbólicos das produções culturais, questões que se manifestam no campo patrimonial e podem ser tratadas pela museologia, conforme demonstraremos, a seguir.

Em direção a uma patrimonialização de cunho social

Iniciaremos nosso debate sobre a importância de repensarmos os processos de patrimonialização por meio da análise do pensamento de alguns autores que indicam perspectivas para aprimorarmos os processos de preservação. Nesse sentido, Babelon e Chastel (1994) discutem que é necessário, desenvolver uma atenção etnológica em relação ao processo de proteção patrimonial, quando se trata de considerar os diversos patrimônios, nas sociedades complexas. Além disso, enfatizam a importância da

democracias e grupos hierarquicamente inferiores começam a se empoderar como é o caso dos parques estudados.

valorização de aspectos ligados à vida cotidiana, a fim de preservarmos, de maneira mais ampla e fiel, os elementos do nosso passado. Para esses autores, a concepção de preservação deve ser atualizada, dinâmica e interativa. Também ressaltam a pertinência do trabalho científico com o patrimônio, caracterizando-o como uma fase na evolução dos estudos nesse campo. Ressaltam, pois, a necessidade de interpretações científicas e afirmam: “[...] a ciência pode contribuir para despertar a atenção que faltava, estimulando a curiosidade em relação ao detalhe e a descoberta dos conjuntos”⁸ (Babelon & Chastel, 1994, p. 102, tradução nossa). Além disso, demonstram que essa estratégia é necessária, tendo em vista a complexidade do patrimônio e o fato de que, até hoje, ele ainda é pouco explorado. A argumentação de Babelon e Chastel (1994) explora ainda a necessidade de se estimular os processos de preservação mais integrados com as comunidades.

Na mesma linha de pensamento, Béghain (1998) coloca que ingressamos num momento histórico diferenciado em relação ao patrimônio cultural e suas articulações com a memória. Os questionamentos em relação ao conceito de patrimônio e a integração entre algumas disciplinas, como história, teoria da arte, antropologia e sociologia, permitiram conhecer melhor os objetos que compõem o patrimônio cultural, contribuindo para a “maioridade” do patrimônio. Esclarece ainda que estamos no início da era moderna do patrimônio, mas que esse novo momento histórico permite recusar seu uso como afirmação das origens. Dessa forma, para Béghain (1998), o patrimônio está inscrito na história e, como tal, sujeito a revisão. Consoante esse autor, a teoria do patrimônio poderia enriquecer-se com as pesquisas no campo da história cultural.

Com efeito, a discussão e a análise do autor acima citado apontam-nos a importância do trabalho técnico e científico

⁸ *L'appareil scientifique peut d'ailleurs susciter dans les esprits l'attention qui manquait, en favorisant la curiosité du détail et la découverte des ensembles.*

desenvolvido por profissionais especializados para zelar pela natureza e qualidade da produção do conhecimento nas sociedades democráticas. De mais a mais, parte do pressuposto de que é fundamental a execução de uma política educacional comprometida com a realidade sociocultural das populações e que possa também contribuir para o processo de reflexão da memória, história e patrimônio dos diversos grupos que compõem as sociedades industriais contemporâneas. Acredita esse autor que o patrimônio pode deixar de ser utilizado como instrumento da ordem, tornando-se um pensamento sensível da memória, inscrito num espaço crítico e afetivo, apoiado nas ciências que contribuem para interpretá-lo e de ações que permitam sua apropriação.

Béghain (1998) preocupa-se ainda com a formação dos profissionais que atuam no campo patrimonial; sua análise em torno dos princípios que norteiam as políticas públicas de preservação reforça a responsabilidade do Estado com os bens culturais, sobretudo no que se refere ao uso do patrimônio como instrumento de educação e cidadania. Assim, corroboramos o que dizem os autores sobre a necessidade de investigações científicas interdisciplinares em relação aos patrimônios culturais de maneira geral. Entendemos ainda que a análise de Béghain (1998) sobre a importância da criação de um *espaço crítico*, no campo da preservação, contribui para refletirmos sobre a museologia e o seu papel nas áreas de proteção, estudo e divulgação dos bens culturais. Dessa maneira, tornam-se oportunas as discussões sobre esta disciplina na contemporaneidade, constituindo-se, em linhas gerais, por uma mudança de olhar em relação aos bens culturais, vistos, agora, com base na sua historicidade e em interação com o presente.

Museologia: vida social, cultura e memória

O debate em torno da museologia proporciona a compreensão dos processos museais de forma ampla, em espaços formais e informais. Trata-se, portanto, de ampliar o olhar

museológico, que permite incorporar os sentidos atribuídos pelos grupos sociais, por meio de atividades científicas, objetivando também viabilizar os processos de inclusão social e cultural. Isto significa que, no decorrer da história desse campo, os profissionais e estudiosos vêm conseguindo avançar em relação a determinados conceitos, como sociedade, cultura, memória, patrimônio cultural, preservação, público, comunidade, comunicação, entre outros.⁹ Como discute Moutinho (1993), “[...] a abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida têm provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta desse processo”. (p. 2). De maneira geral, o campo museológico, na atualidade, apresenta como características principais: a necessidade de interpretação dos bens culturais, o diálogo com várias disciplinas e a articulação com a educação, como veremos a seguir.

Entendemos que o espírito da década de 1960, com as “[...] últimas jornadas revolucionárias da época industrial e o prenúncio dos movimentos sociais e das lutas políticas do futuro” (Touraine, 1983, p. 85), contribuiu para a necessidade de análise e transformação da instituição museu. Esses processos foram impulsionados pela contestação de grupos sociais, como os artistas, por exemplo, bem como da revisão acadêmica do conceito de patrimônio cultural. Ademais, as reflexões sobre as leituras e interpretações dos bens culturais de forma integral e crítica, apoiada nas memórias dos grupos sociais e de suas relações com os contextos de origem, articulando natureza e cultura, bem como a preservação dos bens culturais de forma participativa contribuíram para entendermos a questão da musealização do patrimônio cultural, decorrente de um *processo sensível* da memória e da ideia de que o museu e as ações museológicas com os patrimônios preservados podem funcionar de forma *crítica e afetiva*, baseadas

⁹ No caso do Brasil, alguns pesquisadores tem produzidos trabalhos no campo da teoria museológica, a saber: Scheiner (2013), Brulon Soares (2009), Cury (2009), Cerávolo (2004), etc.

num fazer museológico científico, que contemple também *sensações e emoções*, viabilizando a apropriação e divulgação do patrimônio cultural junto às populações.

Em linhas gerais, fica evidente o caráter humanitário desse movimento, museológico expresso, principalmente, no deslocamento do eixo das discussões do objeto para o ser humano.¹⁰ De acordo ainda com Mairesse (2002, tradução nossa): “[...] um pensamento é criado e desenvolvido, que questiona o museu, seu lugar na sociedade e sua relação com o homem e o meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, formula também respostas”.¹¹ (p. 101-102). Aflora, nessas discussões, questões como diversidade, identidade cultural e participação das coletividades. Esse fato também contribuiu para uma busca em relação a tipos diferenciados de museus apoiada em práticas museológicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural *in situ* e em interação com as comunidades. Essas, por sua vez, são consideradas como produtoras de bens culturais dignos de serem preservados nas suas especificidades e concebidos com potencial de serem utilizados como instrumentos de compreensão da memória e da história.

Os avanços museológicos acima apontados indicam também uma tendência clara com relação à profissionalização dos trabalhadores com patrimônios e museus. Isso em decorrência da necessidade do desenvolvimento progressivo de estudos científicos e da construção de projetos qualificados para atender às necessidades dos públicos e das sociedades atuais. Com efeito, discute Serra

¹⁰ Gregorová (1990), Mensch (1994), Schreiner (1990), Stransky (1990) são alguns exemplos de teóricos que contribuíram para a discussão sobre a Museologia como disciplina científica. Destacamos Rússio (1990) que definiu “o fato museológico como a relação que existe entre o homem, sujeito que se conhece, e o objeto, testemunho da realidade”.

¹¹ “[...] *une pensée se forge et se développe, qui questionne le musée, sa place dans la société et son rapport à l’homme et l’environnement, mais qui en même temps formule des réponses.*”

(2016) sobre a necessidade de ouvirmos os museólogos na construção das políticas públicas de proteção e valorização patrimonial. Esse autor entende que tal iniciativa contribui para o incremento da qualidade de vida, pois o debate científico museológico contemporâneo pode apresentar propostas inovadoras nesse campo. Em resumo, os patrimônios e museus desenvolvem um papel fundamental no processo de proteção e valorização da memória dos povos, funcionando também como instrumentos de comunicação intercultural, desde que trabalhados museologicamente.

Escuta museológica: apelos das associações que se ocupam do patrimônio

O trabalho científico com o patrimônio cultural remete-nos à necessidade de análise dos grupos sociais envolvidos nos processos preservacionistas. Assim, os discursos dos membros das associações que se ocupam dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu apontam para a necessidade de criação de uma forma museal, numa perspectiva crítica e sensível, como debatido anteriormente. Inicialmente, trata-se de um patrimônio híbrido, que porta um conjunto de significados diferenciados, atribuídos por diversos grupos sociais ao longo da sua história. Tendo em vista a variedade de sentidos atribuídos aos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu, optamos por trabalhar com a definição de patrimônio ambiental, urbano e religioso, pois engloba os diversos valores manifestados pelos agentes da patrimonialização. Assim, o conceito de patrimônio ambiental, urbano¹² foi se constituindo, progressivamente, nas

¹² A ideia relativa ao patrimônio urbano surgiu como fruto das preocupações em torno das transformações urbanas propostas por Haussmann, em meados do século XIX, para se referir à reforma de Paris (Choay, 1992). Esta autora menciona a expressão patrimônio urbano, empregada por Giovannoni em 1931, com o significado de centro e bairros de uma cidade como unidades que responderiam pelas relações sociais.

discussões dos profissionais da área da preservação do patrimônio cultural ¹³ realizadas, principalmente, em conferências internacionais.¹⁴

Do ponto de vista museológico, Scheiner (1992) faz referência à correspondência entre o homem e o meio, demonstrando que a proteção do patrimônio dependerá, sem dúvida, da proteção da natureza, e a preservação da natureza deve basear-se na preservação da qualidade de vida do homem e na preservação da vida em si mesma.¹⁵ Recorremos ainda a definição de Yagizi para fundamentar nossa perspectiva em relação a essa noção de patrimônio urbano. De acordo com esse historiador, “[...] o patrimônio ambiental urbano consiste de espaços (que transcendem à obra isolada) caracterizadores da cidade devido a

¹³ Entendemos que os congressos realizados sobre patrimônio cultural reproduzem visões de uma época. As transformações relativas aos bens culturais ocorreram, sobretudo, em função das mudanças ocorridas nas realidades sociais e da sistematização do conceito de cultura, numa perspectiva relativizadora.

¹⁴ Destacamos, primeiramente, a Conferência de Atenas, em 1931, cuja discussão sobre patrimônio apontava para a necessidade de ocupação dos monumentos, como forma de assegurar a sua continuidade e sobrevivência (Carta de Atenas, 1999). Fica evidente, já nesse período, uma preocupação em torno da questão do “uso” do patrimônio como caminho indispensável para a preservação do patrimônio cultural.

¹⁵ A Carta de Veneza, de 1964, por sua vez, apresenta um conceito mais amplo de monumento histórico, procurando englobar, além das criações arquitetônicas, os sítios urbanos ou rurais. Além disso, os monumentos são vistos como testemunhos da história e portadores de mensagens sobre o passado (Carta de Veneza, 1999). Do nosso ponto de vista, as ações voltadas para a conservação e o restauro deveriam contar com a participação de profissionais de diversas ciências, ideia trabalhada durante o evento e que já se projetava como uma maneira de demonstrar a importância de atividades interdisciplinares no campo patrimonial. Outra ideia presente nessa Carta diz respeito à questão da inseparabilidade do monumento em relação ao meio em que está inserido. Essa visão, com certeza, contribuiu para situar a importância da preservação dos bens culturais – *in loco* – e do desenvolvimento de estudos sobre a realidade local.

seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo” (São Paulo, 1978, p. 35). Avançando em relação à discussão sobre esse conceito, considera Yagizi (2012) que o patrimônio ambiental urbano pode ser visto como um conjunto de elementos naturais intraurbanos, regulados por relações sociais, econômicas e culturais, sendo que a inclusão social deve ser uma exigência crescente.

Tendo em vista os aspectos mencionados, consideramos que os patrimônios ambientais, urbanos e religiosos não são territórios imaculados. São lugares marcados pela presença humana e, portanto, dotados de sentidos por todos aqueles que os utilizam, vivenciam, apreciam e valorizam. De fato, no caso dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu, existe uma dinâmica de apropriação patrimonial por parte das organizações locais. O debate sobre a necessidade de salvaguarda desses territórios contribuiu para a confirmação ou ratificação de significados históricos e religiosos, como também proporcionou a ampliação desse conjunto de valores, por exemplo, os ambientais, incorporados pelo acesso a novas informações sobre esses ecossistemas, junto à população local e ao público visitante.

Conseqüentemente, podemos afirmar que existe uma continuidade nos processos de patrimonialização, evidenciada por uma mobilização cotidiana em torno dos parques, que se exprime, sobretudo, no desenvolvimento de práticas habituais de proteção e valorização desses territórios. São pessoas que participaram dos movimentos de preservação e continuam a trabalhar nesses espaços, como também voluntários que incorporaram a causa preservacionista, apoiadas em identificações históricas, culturais, sociais e até pessoais. Com efeito, várias dessas pessoas envolvidas no processo de patrimonialização viveram transformações sociais e existenciais. Portanto, não podemos compreender essa adesão sem mencionar também a importância do aspecto afetivo presente nesse tipo de patrimonialização.

Os atores que se ocupam da proteção desses territórios estruturam-se sob a forma de organizações não governamentais,

conforme mencionado anteriormente; eles se sentem responsáveis e demonstram um sentimento de pertencimento aos parques. As atividades desenvolvidas pelos membros dessas organizações incluem, sobretudo, práticas de mediação nos parques e têm uma conotação social. Tanto no Parque do Abaeté como no de São Bartolomeu, os participantes das organizações trabalham buscando integrar a população local, principalmente os jovens. Ademais, objetivam o desenvolvimento de práticas que estimulam a participação, o debate, o profissionalismo, zelando para que a cidadania possa ser ampliada, incorporada e vivenciada de forma crítica.

Os Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu são patrimônios ambientais, urbanos e religiosos e, como tal, necessitam de uma leitura museológica que viabilize sua preservação, estudo e comunicação, de maneira crítica e sensível. Além disso, como afirma Varine (2012), a musealização é um mal necessário. Não a musealização que opera com o bem cultural de forma fragmentada e estática, mas uma musealização construída com base no conjunto das relações do patrimônio, de maneira dinâmica, participativa e integrada com o presente, apoiada nos anseios e necessidades das populações.

A rigor, o termo musealização significa retirar um bem cultural de seu contexto natural ou cultural com o objetivo de preservá-lo. Para tanto, parte-se da ideia de que o objeto porta uma determinada qualidade ou valor que exigiria essa seleção. Stransky (1995) analisou a importância do desenvolvimento do processo de documentação relativa aos bens culturais retirados de seu contexto de origem, chegando à conclusão de que é necessário documentar o contexto para que o bem possa ser restituído. Esse autor ainda ratifica a relevância de que se reveste a informação sobre os bens culturais musealizados.

Dessa forma, adotamos o seguinte conceito de musealização: processo museológico de seleção dos bens culturais a serem preservados, diretamente articulado à produção de conhecimento sobre o patrimônio e o meio no qual esse estava ou está inserido,

com o objetivo de fornecer subsídios para a compreensão da memória, numa perspectiva dinâmica e crítica. No caso dos parques, consideramos ainda importante nesse campo o registro das memórias individuais e coletivas, que não devem ser tratadas apenas como estratégia de manutenção das histórias locais. Entendemos que essas memórias devem ser exploradas e confrontadas, e os recursos no campo da informática, por exemplo, contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento dessa atividade. Essas informações são igualmente fundamentais para a construção do discurso museológico que, no caso dos parques mencionados, deve contemplar, essencialmente, as histórias indígenas e africanas, contribuindo também para a construção de uma expografia no parque, que servirá de referência para o estudo dessas populações e sua valorização. Estamos falando de uma expografia própria, respeitando os aspectos naturais dos parques, mas ao mesmo tempo, que informe sobre as referências históricas, urbanas e religiosas e possa também ser apropriada pelos visitantes de maneira sensorial e crítica.

A filosofia desse processo museológico contempla o que Martins (1997) entende como uma ação cultural permanente, ou seja, responsável pela estruturação das atividades que viabilizem para a população o exercício da cidadania e a responsabilidade em torno da preservação das várias vozes da sociedade, da própria multiculturalidade na construção da história. Dessa maneira, a preservação dos parques urbanos e religiosos deve ser vista como estratégia de desenvolvimento social amplo, de forma que se possa também contemplar a complexidade envolvida nas relações entre o homem e o meio ambiente. Para tanto, Nunes (2003) discute que o desenvolvimento deve consolidar-se no aprofundamento da democracia, fundada no exercício de cidadania.

Ressaltamos a importância da formulação e do desenvolvimento de políticas museológicas que viabilizem a operacionalização de ações museais, de forma ampla e democrática. Entendemos que a autogestão do patrimônio cultural de grupos sociais subordinados apresenta-se de forma

problemática, em virtude da própria realidade dessas comunidades. Além disso, tendo em vista a necessidade de compreensão e valorização dos diversos patrimônios que fazem parte das sociedades, o poder público deve comprometer-se com as iniciativas de patrimonialização, entendendo-as como atividades de cidadania e desenvolvimento social. Em relação aos parques, verifica-se que os agentes oficiais patrimonializam e os locais almejam uma musealização que exige diálogo e compromisso permanentes.

Consideramos como dificuldade para implementar tal política, no caso dos parques metropolitanos, a perspectiva de integrar as diretrizes públicas nas áreas de cultura, meio ambiente e educação. Nesse sentido, para construir uma política pública museológica democrática, é fundamental atentar para as organizações responsáveis pelos patrimônios. De fato, ao discutir sobre a questão da cidadania incompleta como forma de exclusão, Aidar (2002) entende a inclusão social como sinônimo de participação. Chama a atenção, inclusive, para o fato de que isso não significa o desenvolvimento de políticas assistencialistas, mas a operacionalização de políticas participativas, considerando que os excluídos possam ser agentes nos processos que buscam a sua inclusão, pois a participação é uma forma de integração. Isso significa ouvi-los e inseri-los no processo museal, a fim de que sejam estruturadas as atividades a serem desenvolvidas nesses espaços, inclusive as atividades voltadas para o turismo.

Está em jogo também a possibilidade da execução de práticas educativas apropriadas à realidade sociocultural dos grupos sociais, com base na preservação, nas ações expográficas e na valorização e divulgação dos bens culturais. Se muitos desses grupos, como no caso dos parques trabalhados, envolvem pessoas de origem indígena e negra, que foram discriminadas ao longo da história do Brasil, é chegado o momento de desenvolver, realmente, ações preservacionistas inclusivas, que prezem pela valorização da autoestima das diversas etnias que compõem a sociedade brasileira. É óbvio que não acreditamos que a

museologia e o museu, por meio da atuação dos seus profissionais, vão construir essa transformação de forma isolada. Tudo isso envolve, um projeto amplo e articulado de construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Considerações finais

A patrimonialização constitui-se como um campo político complexo que envolve diversos agentes e interesses, constatando-se ainda um distanciamento em relação às memórias sociais. Esse fato provoca indignação e insatisfação por parte dos agentes que se apropriam diretamente dos patrimônios preservados, já que suas memórias e valores – característicos dos bens culturais – não foram trabalhados e valorizados como forma de contribuir para o entendimento das suas dimensões espaciais e temporais.

Nesse sentido, o presente estudo revela a necessidade de uma patrimonialização articulada à museologia que procure contemplar a manifestação das memórias e identidades sociais, por meio da participação e inclusão ativa dos grupos sociais. Entende-se que, tal prática contribui para o fortalecimento e a democratização das sociedades, desde que construída e implementada de forma integrada com as políticas de educação e cultura, sendo, portanto, necessário intensificar o diálogo entre as equipes dos órgãos responsáveis pela patrimonialização e os profissionais do campo museológico. Tal iniciativa poderá contribuir para a apropriação e o uso dos patrimônios preservados, de forma contínua, viabilizando o desenvolvimento social.

Referências

Aidar, G. (2002). Museus e inclusão social. *Ciências & Letras*, 31, 53-62.

- Babelon, J. P. & Chastel, A. (1994). *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi.
- Béghain, P. (1998). *Le patrimoine: culture et lien social*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Soares, B. C. B. (2009). Caminhos da Museologia: transformações de uma ciência do museu. *Senatus*, 7(2), 32-41.
- Candau, J. (1996). *Anthropologie de la mémoire*. Que sais-je? Paris: Presses Universitaires de France.
- Carta de Atenas. (1999). In J. Primo (Org.). Museologia e patrimônio: documentos fundamentais. *Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia*, 15(15), 71-76.
- Carta de Veneza: Carta Internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. (1999). In J. Primo (Org.). Museologia e patrimônio: documentos fundamentais. *Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia*, 15(15), 89-93.
- Cerávolo, S. (2004). Delineamentos para uma teoria da Museologia. *Anais do Museu Paulista*, 12, 237-268.
- Choay, F. (1992). *L'allegorie du patrimoine*. Paris: Éditions du Seuil.
- Cury, M. X. (2009). Museologia, novas tendências. In: Granato, M.; Santos, C.; Loureiro, M. L. (Org.). *Museu e Museologia: interfaces e perspectivas*. *Museu de Astronomia e Ciências Afins*. pp. 25-41. (*Colloquia*: 11)..
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1976). Carta de Nairobi. 19ª sessão da Unesco. Nairobi, 1976. In J. Primo. (Org.). *Museologia e patrimônio: documentos fundamentais*. *Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia*, 15(15), 157-175.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Convenção para a proteção do patrimônio cultural e natural*. Paris, 1972. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/cultura/conv_patri m.htm.

- Organização dos Estados Americanos. (1967). *Normas de Quito*. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Quito. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>
- Gregorová, A. (1990). A discussão da museologia como disciplina científica. *Cadernos Museológicos*, 3, 45-50.
- Jeudy, H-P. (1995). Entre mémoire et patrimoine. *Ethnologie française - Le vertige des traces: Patrimoines en question*, 25(1), 5-6.
- Le Goff, J. (1996). *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. (4ª ed.). Campinas, SP: Ed. da Unicamp.
- Magnani, J. G. (1988). Patrimônio cultural. In São Paulo (Estado). Secretaria da Cultura. *Museu de rua. Manual didático*. pp. 1-8. São Paulo.
- Mairesse, F. (2002). *Le musée temple spectaculaire: une histoire du projet muséal*. Paris: Presses universitaires de Lyon. (Collection Muséologies).
- Martins, M. H. P. (1997). Ecomuseu. In T. Coelho (Org.). *Dicionário crítico de política cultural*. pp. 157-164. São Paulo: Iluminuras.
- Meneses, U. T. B. de. (1984). Identidade cultural e patrimônio arqueológico. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 20, 33-36.
- Mensch, P. (1994). *O objeto de estudo da museologia*. (D. Bolsanello & V. D. E. de Oliveira, Trad.). Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF.
- Moutinho, M. (1993). Sobre o conceito de Museologia Social. *Cadernos de Museologia, [on-line]*, 1.
- Nora, P. (1999). Les lieux de mémoire. In J-C. Ruano-Borbalan (Coord.). *L'histoire aujourd'hui*. pp. 343-348. Auxerre: Sciences Humaines Editions.
- Nunes, J. P. A. (2003). Fontes de arquivo, arqueologia industrial mineira e desenvolvimento sustentável. *Revista Portuguesa de História*, 2(XXXVI), 159-176.
- Poulot, D. (1997). *Musée, nation, patrimoine. 1789-1815*. Paris: Gallimard.

- Rússio, W. (1990). Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos museológicos*, 3, 7-12.
- São Paulo (Estado). (1978). Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Ação Regional. *Plano Macroeixo Paulista*. São Paulo. (Planos regionais).
- Scheiner, T. (1992). Museus universitários: educação e comunicação. *Ciências em Museus*, 4, 15-19.
- Scheiner, T. (2013). Museu, museologia e a “relação específica”: considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. *Ciência da Informação*, 42(3), 358-378.
- Schreiner, K. (1990). Discussão sobre o lugar da museologia no sistema das ciências. *Cadernos Museológicos*, 3, 67-72.
- Serra, O. (1998). Projeto MAMNBA. Considerações sobre o significado da área de Pirajá e do Parque São Bartolomeu no âmbito das tradições religiosas negras da Bahia. Extratos do Relatório do projeto de Mapeamento de Sítios e monumentos religiosos negros da Bahia. In A. L. M Formiguet al. (Org.). *Parque Metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura*. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu. p. 148-165.
- Serra, O. (2016). História, Patrimônio e Museologia. In S. Teixeira (Org.). *Patrimônio e museus na contemporaneidade*. pp. 17-23. Salvador: EDUFBA.
- Stake, E. E. (1994). Case Studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Ed.). *Handbook of Qualitative Research*. pp. 236-247. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Stransky, Z. (1995). *Muséologie*. Introduction aux études. Brno: Université Masaryk.
- Stransky, Z. (1990). Para uma definição de uma teoria de museus. *Cadernos museológicos*, 3, 79-84.
- Teixeira, S. S. (2014). *Patrimonialização, memória local, musealização e transformação social: os casos dos parques metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu (Salvador, Bahia, Brasil)*. (Tese).Universidade de Coimbra, Coimbra.

- Touraine, A. (1983). Como entender as barricadas nas ruas de Paris. In M. L. de Oliveira (Org.). *A conquista do espaço político*. pp. 85-97. São Paulo: Jornal da Tarde.
- Varine, H. de. (2012). *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. (M. de L. P. Horta, Trad.). Porto Alegre: Medianiz.
- Yázigi, E. (2012). O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. *Revista Hospitalidade, IX(1)*, 22-51. Disponível em:
www.rev Hosp.org/ojs/index.php/hospitalidade/article/download/.../499
- Zanirato, S. H. & Ribeiro, W. C. (2006). Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História, 26(51)*, 251-262. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_rtttext&pid=S0102_

